


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0020722-26.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Osorio Celso Dias de Carvalho**
 Requerido: **Jose Marcelo Gantus Junior**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 03/11/2015, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 2153/11

VISTOS.

OSORIO CELSO DIAS DE CARVALHO
 ajuizou a presente ação **DE RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS** em face de **JOSÉ MARCELO GANTUS JÚNIOR**.

O requerente alega na inicial que, no dia 19/12/2010, no exercício habitual de suas funções como porteiro, abriu o portão da entrada do condomínio Verona para o requerido, filho de uma condômina. No momento fazia sua refeição (almoço) na cabine e, portanto, cumprimentou o requerido através de gestos. Desmotivadamente, o requerido invadiu a cabine e passou a ofendê-lo verbal e fisicamente. Requereu a procedência da ação com a condenação do requerido ao pagamento de danos morais. Juntou documentos á fls. 17/60.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O requerido foi citado por edital e revel, recebeu curador especial que contestou por negativa geral às fls. 94.

Sobreveio réplica às fls. 96/97.

As partes foram instadas a produzir provas. O requerente solicitou a oitiva de testemunhas (fls. 104) e na sequência foram juntadas cópias do processo criminal, inclusive com os depoimentos lá prestados. O requerido peticionou mostrando desinteresse.

É o RELATÓRIO.

DECIDO, no estado em que se estabilizou a controvérsia, por entender completa a cognição.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

A prova oral amealhada no curso da ação penal instaurada por conta dos mesmos fatos aliada à revelia, permite o acolhimento do reclamo.

Sem qualquer provocação prévia o réu adentrou à portaria do edifício, aproximou-se do autor (porteiro) e após ofendê-lo verbalmente passou aos atos de agressão física que causaram no oponente lesões corporais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O abalo moral decorrente de ofensa física imotivada vem sendo reconhecido pela jurisprudência como causa eficiente ao arbitramento de indenização.

Não há nos autos qualquer elemento que permita concluir que a autora tenha também provocado danos físicos ou morais a qualquer dos réus. Apesar de suas afirmações, a corré não trouxe aos autos qualquer prova, ainda que singela, de que tenha agredido a autora em virtude de provocação prévia.

Os danos morais em hipótese como a analisada são evidentes, e prescindem de comprovação direta. Decorrem dos próprios fatos demonstrados, que são reconhecidamente aptos a provocar abalo psicológico e emocional, não só em virtude da série de ferimentos sofridos pela autora, mas também da humilhação e dos efeitos negativos que as agressões terão sobre sua imagem pública.

Assim, caracterizado o ato ilícito, e percebida a efetiva lesão, era mesmo de rigor determinar sua reparação, nos termos do disposto nos artigos 186 e 927 do Código Civil (TJSP, Apelação nº 0000661-70.2008.8.26.0075).

Nesses termos, ainda:

INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. Pedido parcialmente procedente. Agressão física proferida contra o autor. Ausência de justificativa válida para a violência cometida. Prova testemunhal contundente. Ofensa à integridade física caracterizada. Indenização devida. Valor que merece adequação. Sentença reformada em parte. **RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE** (TJSP, Apelação 0125417-48.2009.8.26.0001, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Paulo Alcides, j. 03/05/2012).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Atento aos parâmetros de tal mecanismo arbitro a indenização no valor equivalente **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial e **condeno o requerido**, JOSÉ MARCELO GANTUS JÚNIOR, **a pagar ao autor**, OSÓRIO CELSO DIAS DE CARVALHO, a quantia de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), com correção monetária e juros de mora à contar da publicação desta.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor dado à causa.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze** (15) dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**